

DIVERSIDADE, APRENDIZADOS E CAMINHOS PARA UMA AGENDA RENOVADA DE INCLUSÃO PRODUTIVA NO BRASIL RURAL

Coordenadora: Mireya Valencia Perafán – Universidade de Brasília (UnB)

Apresentadores:

1. Arilson Favareto – Universidad Federal do ABC – Cebrap Sustentabilidade
2. Mireya Valencia Perafán - Universidade de Brasília (UnB) -RETE
3. Carlos Albeiro Mora – Universidade de Talca (Chile)
4. Lilian Rahal – secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Justificativa

Os desafios para tentar reverter o quadro de retrocesso nos indicadores econômicos, sociais e ambientais em países como Brasil e Chile são enormes. É necessário um conjunto coordenado de políticas e incentivos que favoreçam ações de cooperação entre sociedade, setor privado e Estado, para, numa perspectiva de longo prazo, garantir processos de inclusão produtiva rural (IPR) que tragam consigo a transformação sustentável dos sistemas alimentares.

Contribuindo para a superação de perspectivas reducionistas nas análises sobre IPR, os resultados de estudos realizados no marco da Cátedra Itinerante Inclusão Produtiva Rural conduzida pelo Cebrap Sustentabilidade em consórcio com várias universidades das cinco regiões do país, ao longo dos últimos três anos, mostram que não há caminho único para a inclusão. Os processos bem sucedidos de IPR são multidimensionais e apoiados em interdependências entre diferentes dimensões (saúde, economia, meio ambiente) e como elas afetam uma diversidade de trajetórias de inclusão.

Esta SORG tem dois objetivos principais. O primeiro deles é apresentar os avanços de pesquisas realizadas pela Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial (RETE) no Brasil e no Chile sobre IPR, destacando os principais bloqueios à inclusão e o repertório de estratégias que vem sendo forjado por governos e organizações sociais para enfrentá-los. O segundo objetivo é, à luz da nova agenda pública para os espaços rurais brasileiros e das evidências levantadas, identificar que inovações podem ser introduzidas nas políticas e programas voltados ao desenvolvimento de territórios rurais e que possam favorecer maior inclusão.

Resumos Expandidos:

1. Desafios da Inclusão Produtiva no Brasil rural e interiorano

Arilson Favareto – Universidade Federal do ABC e CEBRAP Sustentabilidade

Uma década atrás o Brasil experimentou uma Estratégia de inclusão produtiva rural, nos marcos do Programa Brasil Sem Miséria. Esta Estratégia estava baseada em alguns componentes e em uma lógica de coordenação: esperava-se implementar um conjunto de apoio a famílias em extrema pobreza combinando, cumulativamente, desde a garantia a renda monetária básica, passando pela melhoria de condições de infraestrutura, até o apoio produtivo propriamente dito e, finalmente, a viabilização de formas de acesso a mercados, destacadamente com as compras públicas (MELLO, 2015).

Naquele período uma priorização do combate à pobreza na agenda do Poder Executivo, havia um ciclo de inovações em políticas e programas para a agricultura familiar, e ocorria também uma ampliação no volume de recursos destinados a esse público. Apesar disso, os indicadores finais de inclusão produtiva não tiveram o mesmo desempenho que os indicadores de redução da pobreza. Houve expressiva redução da pobreza no país e entre as famílias rurais, em especial. Mas o número de agricultores familiares diminuiu entre os dois últimos censos agropecuários. E em algumas regiões como a Amazônia a desigualdade aumentou, em vez de diminuir (IBGE, 2017; 2023).

Em parte, isso se explica porque a inclusão econômica e produtiva é um tema que exige esforços continuados por um intervalo de tempo mais longo, enquanto no caso da redução da pobreza os efeitos podem ser sentidos de maneira mais imediata; mas em parte também porque houve dificuldades na implementação daquela Estratégia mencionada, destacadamente no que diz respeito à efetiva coordenação entre os vários instrumentos, destinados a cada uma etapa daquela sequência de investimentos (MELO, 2018).

O que se viu nos anos seguintes foi uma piora expressiva desse quadro, com aquilo que a literatura convencionou chamar de desmonte de políticas públicas em vários setores cruciais para uma estratégia que pudesse ser minimamente associada à ideia da sustentabilidade (SABOURIN ET AL., 2021). Agora, o fim do ciclo conservador dá lugar a uma agenda que se propõe “reconstruir o Estado e as políticas públicas”. Os desafios são enormes, seja porque o contexto de 2023 é mais restritivo do que aquele de duas décadas atrás, ou porque mesmo aquele conjunto de políticas e programas certamente foram importantes em entregar resultados concretos em vários domínios da vida pública, mas também enfrentaram limites que precisariam estar sendo enfrentados agora, quando se ensaia um novo ciclo. Em alguns temas, talvez nem seria o caso de se falar em “reconstrução”, mas sim em “invenção” de uma agenda. Seria esse o caso da agenda da inclusão produtiva rural?

Esta apresentação visa discutir evidências e aprendizados obtidos com a experimentação de políticas de inclusão produtiva rural em diferentes países latino-americanos (VAHDAT; FAVARÃO; FAVARETO, 2022), uma leitura dos principais desafios para o enfrentamento desta agenda a no Brasil (FAVARETO ET AL., 2022; 2023), e avançar algumas ideias sobre temas e desafios que podem ser objeto de um novo ciclo de inovações. A base para isso é um conjunto de pesquisas que vêm sendo conduzidas no âmbito da Cátedra Itinerante sobre Inclusão Produtiva no Brasil Rural e Interiorano, iniciativa conduzida pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e que ao longo dos últimos três anos estabeleceu parcerias em projetos de pesquisa e de incidência sobre políticas públicas com universidades das cinco

regiões do país. Os temas específicos cobertos por essas pesquisas e que serão retomados no curso desta exposição envolvem: os sistemas agroalimentares, as políticas de gestão e regeneração florestal, os programas de compras públicas, a digitalização, as formas de coordenação intragovernamental e entre Estado, sociedade e atores privados.

Entre as perguntas a serem respondidas estão: a) Que contornos deveria ter uma “agenda da inclusão produtiva rural” no contexto brasileiro atual e quais os principais desafios se projetam disso para as formas de atuação do Estado? b) O que deve ser reconstruído na atuação do Estado tomando por base o aprendizado institucional da experiência passada, o que precisa ser aperfeiçoado e em qual direção, e o que precisa ser (re)inventado para colocar essa “agenda da inclusão produtiva rural” em prática? c) Como combinar agendas temáticas e setoriais específicas centrais para uma “agenda da inclusão produtiva rural” (como aquelas situadas na esfera de atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar ou do Ministério do Desenvolvimento Social) com outras, cujos contornos podem rivalizar com as pretensões da política climática e ambiental do país (como aquelas direcionadas aos setores mais dependentes do uso intensivo de recursos naturais), de forma a evitar um “jogo de soma zero” ou “negativa”? d) Há sinais de que inovações que signifiquem boas respostas a essas perguntas estejam acontecendo? Quais são as bases já existentes e quais são as forças sociais que podem sustentar essa “agenda da inclusão produtiva rural”?

Referências

- FAVARETO, A. et al. **Relatório 2022 – Inclusão Produtiva no Brasil Rural e Interiorano**. São Paulo: Cebrap/Fundação Arymax/Fundação Tide Setubal/Instituto Humanize. 2022.
- FAVARETO, A. et al. **Relatório 2023 – Inclusão Produtiva no Brasil Rural e Interiorano**. São Paulo: Cebrap/Fundação Arymax/Fundação Tide Setubal/Instituto Humanize/Fundação Porticus. 2023. [prelo]
- IBGE. **Censo Agropecuário 2016**. Rio de Janeiro: IBGE. 2017.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE. 2023.
- MELLO, J. (org.). A inclusão produtiva rural no Brasil Sem Miséria – o desafio da superação da pobreza no campo. **Cadernos de Estudos – Desenvolvimento Social em Debate**. Brasília: MDS. 2015.
- MELLO, J. **Estratégia de superação da pobreza no Brasil e impactos no meio rural**. Rio de Janeiro: IPEA. 2018.
- SABOURIN, E. Desmonte de políticas públicas de agricultura familiar e desenvolvimento rural no Brasil e no Mercosul. **IV Seminário Territórios Rurais, Sistemas Alimentares, Agenda 2030**. 2021.
- VAHDAT, V.; FAVARÃO, C.; FAVARETO, A. Uso de evidências em políticas e estratégias de inclusão produtiva rural na América Latina. In: KOGA, N. et. al. (orgs.). **Políticas públicas e uso de evidências no Brasil – Conceitos, métodos, contextos e práticas**. Rio de Janeiro: IPEA. 2022.

2. Inclusão Produtiva Rural para Sistemas Alimentares¹

Mireya Valencia Perafán - Universidade de Brasília e Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial (RETE).

O tema Inclusão Produtiva Rural ganhou destaque nos últimos anos, especialmente, com o crescimento da pobreza e da fome – acirrada pela pandemia do Coronavírus 2019 – tornando-se a face visível da exclusão social. Daí a necessidade de iniciativas para combatê-las ou minimizá-las, por meio de diferentes ações e processos, dentre eles de inclusão produtiva rural. Além do mais, a ideia de inclusão produtiva em espaços rurais não pode ser descolada do debate sobre sistemas produtivos sustentáveis e da agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) da ONU (VEREDAS, 2019).

Com essas preocupações de base, a RETE vem realizando nos últimos dois anos estudos em parceria com a Cátedra Itinerante (CEBRAP Sustentabilidade). Inicialmente, o objetivo foi a construção de uma tipologia de inclusão produtiva rural (TIPR), evidenciando diferentes caminhos para inclusão em diálogo com os contextos econômicos e sociopolíticos em diferentes territórios nas regiões Nordeste, Norte e Sul. No segundo momento, a intenção foi aprimorar a tipologia indagando sobre os fatores que favorecem o desenvolvimento das experiências bem-sucedidas, conceitualizadas como nichos de inovação, para a condução de uma transição para sistemas alimentares sustentáveis e inclusivos.

Em relação à TIPR, a intenção era caracterizar a diversidade de experiências de inclusão produtiva rural vinculadas, basicamente a três dimensões (complementares): acesso a mercados; promoção da segurança alimentar e nutricional; e diversificação da produção. Ao mesmo tempo, buscou-se compreender como a inclusão produtiva pode ser fruto e/ou gerar processos inovadores, em diferentes níveis (inovações técnica, não técnica ou social).

As experiências estudadas para a construção da tipologia faziam parte de bancos de dados de projetos distintos: o Projeto Dom Helder Câmara, a Ação Coletiva Comida de Verdade, o Observatório Socioambiental Odysea e a Restauração Florestal por pequenos agricultores na Amazônia Oriental (Refloramaz). Foram estudadas 66 experiências e selecionadas 33 para uma análise mais profunda, levando-se em conta as dimensões citadas anteriormente e os processos de inovação (RETE, 2022).

Os 33 casos analisados geraram uma tipologia formada por 11 tipos, em sua maioria ligada a dimensão de inclusão produtiva ligada ao acesso a mercados. Essa tipologia levava em conta as etapas de inovação média e/ou notável e, ao mesmo tempo, privilegiando a participação média e/ou notável. Dos 11 tipos, foram escolhidos 4 casos promissores (dois no Nordeste, um no Sul, outro no Norte), sendo um caso de cada tipo, para um estudo de aprofundamento por meio de um trabalho de campo.

Como resultados desse primeiro momento, destaca-se que a inclusão produtiva nos espaços rurais estava muito embasada na capacidade de inovação por meio de “redes sociotécnicas” (PIRAUX et al., 2012) de colaboração para assistência técnica e construção de mercados locais. As redes, elas próprias, seriam um aspecto importante nessa escala de “inovação de processos”

¹ Texto elaborado a partir dos relatórios e discussões da equipe de Pesquisa da RETE que executaram o projeto TIPR e executam na atualidade o projeto PRISMA no marco da Cátedra Itinerante IPR.

(TARTARUGA, SPEROTTO, 2021), em que há uma efetiva participação dos agricultores e agricultoras no desenvolvimento das inovações (técnicas, não técnicas e/ou sociais).

Por diferentes caminhos, percebeu-se que a inclusão produtiva em territórios rurais é mais promissora onde há uma espécie de “fertilização cruzada” entre a abordagem inclusão produtiva com a inovação inclusiva. Nesses casos, havia uma maior possibilidade de fuga do círculo vicioso que colocam as famílias rurais em situações pendulares de vulnerabilidade (ora, em processos de inclusão, ora, de exclusão).

Por um lado, nas atividades produtivas vinculadas à inclusão social e econômica parece haver um papel importante dos processos de inovação inclusiva. A capacidade de apropriação das tecnologias entrantes e de criação de tecnologias são essenciais para a resiliência perante os desafios da “destruição criativa”. Por outro lado, também é fundamental a capacidade de adaptação dos territórios às novas técnicas, ou seja, de uso das inovações de forma a que favoreçam os respectivos territórios; como apregoa a abordagem evolucionária (NELSON; WINTER, 2005) no sentido de selecionar as práticas mais adequadas ao território.

No sentido contrário, há igualmente benefícios da inclusão produtiva nas atividades de inovação. De fato, a inclusão de grupos sociais, normalmente excluídos de atividades produtivas formais e rentáveis, pode oferecer novas perspectivas cognitivas quando encontram um ambiente preparado para absorver e desenvolver esses conhecimentos (TARTARUGA; SPEROTTO, 2021). Poder-se dizer então, que a inovação é inclusiva quando a novidade técnica (produto ou processo produtivo) visa satisfazer as necessidades de estratos da população de baixa renda ou escolaridade (HEEKS et al., 2013; TARTARUGA, 2018). Tal concepção contempla a possibilidade que essas inovações sejam criadas, diretamente, por esses mesmos estratos, permitindo a apropriação tecnológica com a participação desses estratos sociais.

Assim sendo, o desafio é saber a capacidade de escalar esses casos bem-sucedidos, no sentido de conduzirem a uma possível transição para sistemas alimentares sustentáveis e inclusivos. Buscando refletir sobre essa questão, a intenção agora é o aprimoramento dessa tipologia, tratando os casos bem-sucedidos como “nichos de inovação” nesse processo de superação de bloqueios e desafios à transição sociotécnica. Destaque-se que a literatura na área aponta a compreensão, embora ainda incipiente, dos mecanismos através dos quais os nichos reconfiguram os regimes no setor agroalimentar (BUI et al., 2016). Ou seja, para uma transição sociotécnica ocorrer, por exemplo em uma região rural, a capacidade de um conjunto de nichos superar a resistência do respectivo regime sociotécnico. Diante disso, a partir da particularidade trazida pelas redes agroecológicas, enquanto princípio para guiar a inclusão produtiva rural, pretende-se entender o papel dos diferentes atores que podem dar escalonamento aos nichos, ao circular em diferentes níveis políticos, bem como, qual o peso das inovações sociais nos contextos de mudança e como delas dependem os outros tipos de inovações.

Os territórios estudados – até o momento – demonstram que são territórios constantemente pressionados por expressões do regime sociotécnico dominante que funcionam como bloqueios aos processos de transição sociotécnica (GELLS, SCHOT, 2007) executados pelas experiências e potenciais nichos. Rotineiramente, os atores sociais envolvidos nas experiências precisam combater avanços de monocultivos com sementes transgênicas; o avanço de uso de agrotóxicos em várias plantações; a concentração da terra; etc.

Ao mesmo tempo, nesses territórios outros nichos buscam se consolidar e/ou fortalecer. Embora sejam “nichos verdes” (energia renovável ou mercado de produtos orgânicos), funcionam como bloqueadores dos nichos de inclusão e inovação.



Percebeu-se ainda, os diferentes níveis de exclusão social nesses territórios e, portanto, a dificuldade desses casos estudados serem escalonados no âmbito territorial. Não há uma proposta redentora desse problema para exclusão e seus diferentes níveis, contudo o papel de entender a situação territorial é fundamental para esse enfrentamento (políticas de crédito, ações de assistência técnica, pesquisas inovadoras, etc) que gerem resultados efetivos para fugir de círculo de exclusão, apontado anteriormente.

Referências

- BUI, S; CARDONA, A.; LAMINE, C.; CERF, M. Sustainability transitions: Insights on processes of niche-regime interaction and regime reconfiguration in agri-food systems. **Journal of Rural Studies**, v. 48, p. 92-103, 2016.
- GEELS, F; SCHOT, J. Typology of sociotechnical transition pathways. **Research policy**, v. 36, n. 3, p. 399-417, 2007.
- HEEKS, R et al. Inclusive innovation: definition, conceptualisation and future research priorities. **Development informatics working paper**, n. 53, 2013.
- NELSON, R.; WINTER, S. **Uma teoria evolucionária da mudança econômica**. Campinas, Brasil: Unicamp, 2005.
- PIRAUX, M. Transição agroecológica e inovação socioterritorial. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 20, n. 1. 2012 (p. 5-29).
- TARTARUGA, I. G. P. Innovaciones inclusivas en América Latina: propuesta de investigación para el desarrollo territorial rural. In: SÁNCHEZ, A. P.; MIRANDA, C. R. A. (Coords.). **Gestión Territorial y Soberanía Alimentaria: Experiencias Latinoamericanas**. Texcoco, México: Universidad Autónoma Chapingo, 2018. p. 91-98.
- TARTARUGA, I. G. P.; SPEROTTO, F. Q. Rethinking clusters in the sense of innovation, inclusion and green growth. In: SEDITA, S. R.; BLASI, S. (Eds.). **Rethinking Clusters: Place-based Value Creation in Sustainability Transitions**. Cham, Switzerland: Springer, 2021. p. 101-110. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-61923-7_8>. Acesso em: 23 maio 2021.
- VALENCIA, M et al. Relatório síntese da tipologia da inclusão produtiva rural e sua incidência em políticas de desenvolvimento rural sustentável. 2022. Disponível em: http://rete.inf.br/wp-content/uploads/2022/09/DocumentoS%C3%ADntese_ProjetoTIPR_RETE_C%C3%A1tedraIPR-1.pdf Acesso em: 10 abr. 2023.
- VEREDAS. **Inclusão produtiva no Brasil: evidências para impulsionar oportunidades de trabalho e renda**. Fundação Arymax, Fundo Pranay e Instituto Veredas, São Paulo, 2019.

3. Programa de Desarrollo Local (PRODESAL) del INDAP: contexto actual y desafíos futuros

Carlos Albeiro Mora-Villalobos - Universidad de Talca (Chile).

Introducción

El desarrollo económico inclusivo ha surgido como un enfoque de apoyo a las comunidades de bajos recursos, contribuyendo con la disminución de la desigualdad y la reducción de la pobreza de manera estructural mediante el mejoramiento de los ingresos y las oportunidades de empleo. El enfoque del desarrollo económico inclusivo es particularmente importante en las zonas rurales donde las desigualdades individuales y territoriales tienden a acentuarse, debido a la falta de acceso a mercados, ausencia de infraestructura, falta de financiamiento, bajo desarrollo de capacidades empresariales y organizacionales, lo que incide en la escasa conexión con las cadenas productivas existentes (CAF, 2013). Por tal motivo, la inclusión productiva ha ganado importancia en las discusiones sobre desarrollo territorial y rural, tanto en la academia como entre los formuladores de política pública, para quienes los procesos de inclusión permiten que las poblaciones en situación de pobreza puedan mejorar la seguridad alimentaria, el acceso a los mercados y el aumento de la productividad (Valencia et al., 2022).

En el marco de esa discusión sobre inclusión productiva rural (IPR), la Red Brasileira de Investigación y Gestión en Desarrollo Territorial (RETE) fue seleccionada como una de las sedes de la 3ª edición de la Cátedra Itinerante sobre Inclusión Productiva en el Brasil Rural e Interiorano del CEBRAP con el proyecto denominado: “*Produção Rural Inclusiva e Sistemas Alimentares (PRISMA): apontando caminhos para consolidação de nichos de inovação*”. Súmase a esta alianza entre el CEBRAP y la RETE, la Red de Políticas Públicas y Desarrollo Rural en América Latina y el Caribe (Rede PP-AL).

El Proyecto PRISMA está estructurado por dos componentes. El primero de ellos, presentado en el segundo trabajo que integra esta SORG, busca comprender lo que favorece el desarrollo de las experiencias bien sucedidas caracterizadas por la Tipología de Inclusión Productiva Rural² y conceptualizadas como nichos de innovación para la conducción de una transición para sistemas alimentares sustentables e inclusivos, y cuáles sus bloqueos y desafíos.

El segundo componente consiste en levantar evidencias de inclusión productiva rural en Chile, Colombia, México y Brasil e identificar los desafíos que enfrentan, las enseñanzas para vencerlos y las posibles innovaciones que puedan influir políticas públicas o al sector privado para avanzar en los procesos de IPR. A partir de los estudios de esos países, también se propone identificar que temas o cuestiones sobre la IPR permanecen en abierto y sobre los cuáles es necesario producir datos y evidencias.

En esta oportunidad, se presentará el caso chileno, específicamente el *programa de desarrollo local* (PRODESAL) ejecutado por el Instituto de Desarrollo Agropecuario (INDAP). Se espera analizar la influencia del programa PRODESAL del INDAP en la inclusión productiva rural (IPR) a partir de tres etapas: i) revisión documental y análisis descriptivo de información estadística; ii) entrevistas semiestructuradas con actores estratégicos; y iii) análisis de la información cuantitativa / cualitativa a partir de una matriz de análisis utilizada por los equipos en los cuatro países.

² En el segundo año de la Cátedra Itinerante sobre Inclusión Productiva en el Brasil Rural e Interiorano del CEBRAP la RETE desarrolló una **Tipología de la Inclusión Productiva Rural y su incidencia en Políticas de Desarrollo Rural Sostenible**.

Esa matriz combina criterios que caracterizan la multidimensionalidad de los procesos de IPR (FAVARETO et al, 2022), como son: las privaciones básicas de los individuos y familias en condiciones de pobreza multidimensional y/o vulneración; las diversas caras de los bloqueos y barreras productivas; la importancia del entorno y las oportunidades económicas; iniciativas multiactores; abordaje multiescalar; transición hacia sistemas alimentarios sustentables inclusivos y consolidados. Además de esos criterios, mediante la matriz, se analizan dimensiones de la política pública, en este caso el PRODESAL, como son: el propio uso del concepto de IPR, los beneficiarios de ese programa, los procesos de ejecución de la política, sus contenidos, las dinámicas de implementación y los bloqueos y desafíos.

Algunos resultados preliminares

A la luz de las cifras reveladas por el *VIII Censo Agropecuario y Forestal (2021)*, Chile tiene 48,6 millones de hectáreas de frontera agrícola de las cuales el 94,0% son *Unidades Productivas Agropecuarias* (UPA's) que tienen extensión igual o mayor a 2 ha, el 0,1% corresponde a *Unidades de Autoconsumo* (UAC) que son propiedades inferiores a 2 ha, y el 6,0% son predios “sin actividad silvoagropecuaria” al momento del censo. De las 45,7 millones de hectáreas con “*actividades silvoagropecuarias*”, las regiones con mayor superficie registrada fueron Magallanes, Aysén y Antofagasta, mientras que las Regiones con menor superficie registrada fueron Arica, Valparaíso y Ñuble. Así mismo, a nivel nacional se identificaron 138.628 UPA's (79,0%) y 36.928 UAC (21,0%). Haciendo una relación por tamaño de UPA's y UAC, se halla que el 36,3% son predios menores a 5 ha, 49,7% son predios entre 5 y 50 ha, 11,8% son propiedades entre 50 y 500 ha, el 1,5% corresponde a predios entre 500 y 2.000 ha, y el 0,8% son propiedades mayores a 2.000 ha. Es importante señalar que este último intervalo posee el 87,8% de la superficie censada equivalente a 40,1 millones de ha (INE, 2023).

En Chile, el INDAP es una entidad vinculada al Ministerio de Agricultura. Creado en 1962 y modificado por ley en 1993, tiene por objeto “promover el desarrollo económico, social y tecnológico de los pequeños productores agrícolas y campesinos, con el fin de contribuir a elevar su capacidad empresarial, organizacional y comercial, su integración al proceso de desarrollo rural y optimizar al mismo tiempo el uso de los recursos productivos” (BCN, 1993). Para tal fin, INDAP diseñó una *plataforma de servicios* con 31 programas para abordar tres grandes áreas: i) desarrollo de capacidades; ii) financiamiento de capital de trabajo; y iii) financiamiento de inversiones. Específicamente el PRODESAL tiene por objeto “aumentar los ingresos silvoagropecuarios y de actividades conexas de los usuarios microproductores, por venta de excedentes al mercado como complemento al ingreso total del hogar, vinculando a los usuarios con acciones público-privadas en el ámbito de mejoramiento de las condiciones de vida” (INDAP, 2023).

En 2022 INDAP tenía 171.552 usuarios a nivel nacional con una edad promedio de 57 años, de los cuales, el 53,1% eran hombres y 46,9% eran mujeres. A nivel regional, el 68,4% de los usuarios se concentra en 5 regiones: La Araucanía (28,4%), Los Lagos (12,3%), Maule (11,6%), Biobío (8,9%) y Ñuble (7,2%). Otros datos a destacar son: el 40% de los usuarios pertenecen a pueblos originarios; el 90% de los usuarios recibe asistencia técnica; el 7,2% de los usuarios son jóvenes menores a 35 años; hay 80.401 mujeres usuarias de INDAP de las cuales el 30,1% se halla en La Araucanía, el 13,6% en Los Lagos y el 9,9% en el Maule. Entre las mujeres usuarias, en el año 2022 el 91% recibió asistencia técnica, el 77% recibió subsidio de inversión y el 27% obtuvo un crédito (INDAP, 2022),

Por su parte, PRODESAL tenía 69.151 usuarios a nivel nacional de los cuales el 65,7% estaban distribuidos en 5 regiones: Maule (18,4%), Los Lagos (14,1%), Ñuble (11,9%), O'Higgins (11,3%) y Biobío (9,9%) (INDAP, 2022).

De otro lado es importante mencionar que la *agricultura familiar campesina* (AFC) en Chile representa un segmento social y económico significativo y es parte sustantiva del sector agrícola, la ruralidad y sus territorios, abarcando 260.000 explotaciones agropecuarias concentradas mayoritariamente en las regiones de Biobío, La Araucanía, el Maule y Los Lagos (ODEPA, 2016). La AFC alberga el 40% de la superficie de cultivos anuales y más del 50% de las existencias de ganado bovino. Estas cifras han llevado a impulsar programas y proyectos para fortalecer la productividad y la inclusión de la AFC en la dinámica de mercado de la economía agrícola chilena (ODEPA, 2016)

La información estadística muestra que INDAP cumplen una función estrategia en la articulación de estrategias y proyectos que permiten afianzar la inclusión productiva rural de los pequeños productores agropecuarios, así como de la agricultura familiar campesina de Chile. Eso puede evidenciarse en los programas de asociatividad económica, servicio de asesoría técnica, alianzas productivas, entre otros.

Por su parte, PRODESAL realiza un aporte significativo al desarrollo rural de Chile a partir de la ejecución de dos ejes de trabajo: 1) el *eje productivo* que comprende el desarrollo de capacidades y el acceso a subsidios productivos a pequeña escala, promoviendo la articulación con instituciones públicas y/o privadas; y 2) el *eje apoyo al mejoramiento de las condiciones de vida* que aborda la articulación entre programas del Estado y las entidades privadas para el mejoramiento de la empleabilidad agrícola.

Entre los principales desafíos actuales que tiene INDAP y PRODESAL se encuentran la promoción de proyectos que contribuyan al uso eficiente del agua en la agricultura, la diversificación de la producción agroecológica, la ampliación de los *mercados campesinos* y las *tiendas mundo rural*, la articulación de las nuevas tecnologías para la expansión de la asistencia técnica virtual, y la generación de un ambiente institucional en el que PRODESAL se integre a las políticas de gobierno.

Referencias

- CAF, (Corporación Andina de Fomento - Banco de Desarrollo de América Latina). (2013). *Inclusión productiva y desarrollo rural. Acceso a mercados en localidades de bajos ingresos. Serie Políticas Públicas y Transformación Productiva No 11/2013. Documento elaborado por Luis Soto*.
<https://scioteca.caf.com/bitstream/handle/123456789/380/inclusionproductiva.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- FAVARETO, A. et al. **Relatório 2022 – Inclusão Produtiva no Brasil Rural e Interiorano**. São Paulo: Cebrap/Fundação Arymax/Fundação Tide Setubal/Instituto Humanize. 2022.
- INDAP, (Instituto de Desarrollo Agropecuario). (2022). *INDAP en cifras 2022*. Consultado 08/abril/2023. <https://www.indap.gob.cl/node/24829>
- INDAP, (Instituto de Desarrollo Agropecuario). (2023). *Programa de Desarrollo Local - PRODESAL*. Consultado 08/abril/2023. <https://www.indap.gob.cl/plataforma-de-servicios/programa-de-desarrollo-local-prodesal>
- INE, (Instituto Nacional de Estadísticas). (2019). *Chile: “Ciudades, pueblos, aldeas y caserios,*

2019.” https://geoarchivos.ine.cl/File/pub/Cd_Pb_Al_Cs_2019.pdf

INE, (Instituto Nacional de Estadísticas). (2023). *VIII Censo Nacional Agropecuario y Forestal. Resultados finales: Resultados censales (octubre 2022)*. Consultado 13/marzo/2023. <https://www.ine.gob.cl/censoagropecuario>

ODEPA, (Oficina de Estudios y Políticas Agrarias). (2016). *Coyuntura Internacional III. Proyección internacional de la Agricultura Familiar Campesina. Documento elaborado por Rodrigo Contreras, Julybeth Márquez y Paula Valdés*. <https://www.odepa.gob.cl/wp-content/uploads/2017/12/agriculturaFamiliar2016.pdf>

VALENCIA, M., VAHDAT, V., DEPONTI, C., OLIVEIRA, A. (2022). *Inclusão produtiva rural, agricultura familiar e a agenda do debate*. En: *Anais do 60º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)*. <https://www.even3.com.br/anais/sober2022/486596-inclusao-productiva-rural-agricultura-familiar-e-a-agenda-do-debate/>

4. A agenda da inclusão produtiva rural no Governo Federal

Lílian Rahal - secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Desde que a criação do Programa Brasil Sem Miséria o governo federal considera que há necessidade de se ter uma agenda de inclusão produtiva dirigida às famílias em situação de pobreza. Para que isso aconteça, é necessária a coordenação de diferentes programas e órgãos e um olhar para o que é preciso reconstruir e para o que é preciso introduzir de inovações em programas e políticas que já foram experimentados.

O primeiro desafio é conseguir olhar para a diversidade cultural brasileira nas diferentes regiões e para os dados disponíveis e que permitam qualificar melhor as ações. Há muita informação dispersa no Cadastro Único e no Bolsa Família, na Previdência Rural, nas bases de dados de crédito do Programa de Financiamento da Agricultura Familiar (Pronaf), nas compras públicas e outros programas.

Um segundo desafio é trazer e expor esta ideia de inclusão produtiva dentro do governo. Construir um consenso de que esse é um objetivo de governo e como ele pode ser coordenado. A possibilidade de ter olhares específicos para a agricultura familiar e para a pobreza rural é um ativo interessante e importante. A própria reconstrução do Ministério do Desenvolvimento Agrário é um sinal nessa direção.

Terceiro, há políticas que precisam ser reconstruídas e fortalecidas, como a assistência técnica, que ficou completamente desmontada. O mesmo vale para outras políticas como aquelas que envolvem compras públicas.

Quarto, por fim, há um grande terreno para inovações. E a principal inovação pode se dar a partir de um olhar da Segurança Alimentar e Nutricional no ambiente urbano de uma forma geral. Esses últimos anos mostraram que precisamos ter um olhar sobre a forma como as pessoas acessam os alimentos e como os consomem. Além disso, as tecnologias da informação trazem possibilidades de programas e aplicativos que ampliam as possibilidades de chegarmos



nas populações do campo com informação, formação e conectividade para que a produção de alimentos conecte quem consome e quem produz. Se trata de uma via de mão dupla, tanto para poder se comunicar com as pessoas sobre os programas públicos, como até mesmo para monitorar programas e ainda ter esta conectividade ou esta possibilidade de criar canais mais efetivos de abastecimento, compra e distribuição de alimentos de uma forma geral.

A apresentação tem por objetivo oferecer um painel de como este conjunto de temas e desafios vêm sendo trabalhados nos primeiros meses da nova gestão à frente do governo federal e, a partir disso, mapear temas e questões a serem explorados por agendas de pesquisa e de diálogo entre o mundo da ciência e o campo da aplicação destes conhecimentos por meio das políticas para a agricultura familiar, a segurança alimentar e a inclusão produtiva rural.
